



SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

06	Entrevista: "Medidas socioeducativas: teorias em prática. compreensões das medidas socioeducativas por membros do Ministério Público do estado da bahia."
13	Integrantes dos sistemas de Segurança Pública e Justiça debatem combate à criminalidade no MP
14	Reunião discute ações para fortalecimento da segurança pública e controle externo da atividade policial
15	Promotores de Justiça participam de capacitação sobre análise pericial
16	#MPnoSãoJoão: segurança pública é abordada em segundo dia de plantão em Senhor do Bonfim Justiça decreta interdição total da carceragem da Delegacia de Polícia de Amélia Rodrigues a pedido do MP
17	Reunião do Cisp define detalhes de segurança para festejos juninos em Riachão de Jacuípe Reunião debate estratégias para promover segurança nos estádios de futebol
18	Projeto voltado a ações de cultura e esporte no sistema prisional abre seleção para instrutores Curso técnico capacita promotores de Justiça para atuar em operações contra crime organizado
19	MP do Espírito Santo faz visita ao MP baiano para conhecer práticas da área de execução penal Reunião entre MP e PM aborda aprimoramento da abordagem policial e busca domiciliar
20	Comitê Interinstitucional de Segurança Pública é implantado em Mata de São João para fortalecer combate à violência 'Operação Sísifo' é deflagrada contra esquema de entrada de materiais ilegais no Conjunto Penal de Feira de Santana
21	Doação de 300 livros será destinada a unidades penais do complexo da Mata Escura
22	Segurança pública e acessibilidade são debatidas por integrantes do MP com jovens auditores populares Justiça determina abertura do Pavilhão 11 no Conjunto Penal de Feira de Santana para presos em regime semiaberto

Índice

23	MP implementa Cisp em Mata de São João para fortalecer combate à criminalidade do Município Resolução do CNJ traz diretrizes para a aplicação das normas voltadas à saúde mental
24	'Operação Parapitinga' desarticula esquema responsável por sonegar mais de R\$ 3,5 mi em impostos Cisp de Alagoinhas debate fortalecimento de ações de combate à criminalidade
25	Operação frustra plano de ataque a escola em Feira de Santana Seis pessoas investigadas por execução são presas durante 'Operação Efúgio'
26	MP participa de reunião do Comitê de Segurança nas Escolas PGJ participa de cerimônia de instalação do Comitê Intersectorial de Segurança nas Escolas
27	Procuradores de Justiça debatem os rumos do MP em encontro de construção do Plano Estratégico 2024-2031
28	Avanços nos tribunais é aceno positivo para a Política Antimanicomial do Judiciário Seminário deu visibilidade a pacientes da saúde mental sob custódia, afirma Rosa Weber Presos com transtorno mental terão atendimento especializado com Resolução
29	Coletânea sobre reconhecimento de pessoas é lançado nesta segunda (22/5) Desigualdades marcam a rotina de adolescentes privadas de liberdade, aponta estudo
30	Pesquisa do CNJ destaca problemas de saúde e ameaças contra a vida nas prisões do Brasil GMFs e CNJ abordam inspeções judiciais, migrantes e saúde mental no âmbito dos TRFs
31	CNMP publica recomendação para que o MP adote providências para a cobrança da pena de multa fixada em sentença penal condenatória ou homologatória Audiência de custódia: formação sobre APECs reuniu profissionais de todo o país

Índice

32	Segurança Pública em Foco explica a atuação das Forças Armadas por meio das “Operações de Garantia da Lei e da Ordem e controle de fronteira na Amazônia” Comissão do Sistema Prisional do CNMP e Ministério da Justiça discutem temas para possíveis assinaturas de acordos de cooperação
34	Projeto Segurança Pública em Foco debate ações para o enfrentamento da violência nas escolas Presidente da Comissão do Sistema Prisional do CNMP aborda o método Apac em simpósio no Ministério da Justiça e Segurança Pública
35	Grupo de trabalho reúne-se para debater ações da política antimanicomial e o direito das pessoas com qualquer forma de deficiência psicossocial que estejam custodiadas Vara de execuções penais realiza inspeção no conjunto penal de feira de santana
36	TJBA realiza o seminário integração da segurança pública com a justiça restaurativa CGJ inova e promove primeira oficina literária da bahia em uma penitenciária
37	Grupo do CNJ sobre redução da letalidade policial fará visitas a unidades de segurança
38	Capim Grosso tem primeira prisão pelo Reconhecimento Facial da SSP SSP analisa documentos de empresa com melhor lance para câmeras
39	SSP participa de seminário Segurança Pública, um debate necessário Governo do Estado publica promoção de oficiais da Polícia Militar
40	Mortes violentas têm redução de 14% na capital baiana SSP analisa documentos de empresa com melhor lance para câmeras
41	SSP debate superlotação de sistema carcerário em audiência pública Prisões pelo Reconhecimento Facial aumentam 1.218% em 2023

ENTREVISTA



Entrevista



Celso Fernandes Sant'anna Júnior
Servidor do MPBA

Entrevista realizada com o Servidor do MPBA, Celso Fernandes Sant'anna Júnior sobre o seu tema de pesquisa e dissertação intitulada: **Medidas socioeducativas: teorias em prática. compreensões das medidas socioeducativas por membros do Ministério Público do estado da bahia.**

Seja bem-vindo(a)! Acompanhe a entrevista!

01. Quais os motivos que o levaram a pesquisar sobre o tema “Medidas Socioeducativas: teorias em prática – compreensões das medidas socioeducativas por membros do Ministério Público do Estado da Bahia”?

Na verdade, são treze anos dedicados à pesquisa nesse campo, sempre instigado pela compreensão desse fenômeno, sobretudo em um sistema que se pretende autônomo e guiado por princípios próprios, embora as práticas, por vezes, revelam certas similitudes com a justiça dos adultos. A pesquisa sempre dividiu espaço com a minha atividade de servidor público do MPBA. Uma instituição imbuída da garantia da afirmação do Estado Democrático de Direito, que tem a responsabilidade de zelar pelas garantias individuais e pelo reconhecimento da cidadania coletiva, observando os direitos fundamentais, em especial, os interesses da infância e juventude.

Por um lado, enquanto instituição, guarda em si essa expectativa de ação para intervir na realidade, promovendo a composição dos conflitos de toda ordem. Por outro, composta por indivíduos comuns, tem sofrido com alguma desconfiança e descrença, em virtude das violências (de várias ordens) que eventualmente produz.

Surge então a questão de como esses atores, então, lidam com a aparente contradição de priorizar a proteção integral do adolescente e, ao mesmo tempo, garantir a proteção da comunidade diante de uma violência selecionada como crime pela lei? Como se colocar entre os anseios populares de promoção de justiça e os tratados internacionais de direitos da juventude? Quais elementos de ponderação entram em campo? Esses são alguns motivos que fundamentaram a curiosidade em torno da pesquisa.

02. Quais são as principais diferenças entre o programa de direito criminal para adultos e o programa legislativo específico para jovens infratores?

Segundo o sociólogo Álvaro Pires, as teorias da pena, comumente ligada ao Direito Criminal dos adultos, vêm assumindo também uma função determinante no processo da reprodução da “autoimagem repressiva” do direito criminal. Elas propõem respostas a perguntas como “o que significa punir?”, “como devemos punir?”, e oferecem aos diversos observadores vários objetivos para infligir um sofrimento intencional ao culpado, sob certas condições.

Cada uma dessas teorias, ainda que por razões distintas, sustenta a ideia de que é necessário punir com infligência severa de sofrimento – por exemplo, através da exclusão social do infrator, e nenhuma delas produz argumentos contrários à pena prisão. Elas reforçam o papel repressivo das sanções penais, sobretudo sob a forma de uma relação proporcional entre o crime e o sofrimento que deve ser infligido ao culpado. Em consequência, o direito penal considera que a sua “dignidade como sistema” depende da existência de “penas radicais” como, por exemplo, as sentenças de prisão maiores que 10 anos, pena de morte, prisão perpétua etc.

Considera-se que a sanção aflagrante é o único mecanismo de controle, suficientemente justo, estável e sólido, capaz de proteger eficazmente a sociedade e seus valores fundamentais. Assim, a maneira de assegurar essa função de proteção será concebida de maneira hostil, porque representa o desviante como um inimigo de todos. Abstrata, porque o mal (concreto) causado pela pena é reconhecido, mas concebido como devendo causar um bem moral imaterial (‘restabelecer a justiça pelo sofrimento’, ‘reforçar a moralidade das pessoas de bem’ etc.) ou ainda um bem prático invisível e futuro (a dissuasão). Negativa, porque estas teorias excluem qualquer outra sanção que vise reafirmar o direito por uma ação positiva (reparação do dano etc.) e estipulam que somente o mal concreto e imediato causado ao desviante pode produzir um bem-estar para o grupo ou reafirmar o valor da norma. E, enfim, atomista, porque a pena – na melhor das hipóteses – não se preocupa com as ligações sociais concretas entre as pessoas, salvo de uma maneira totalmente secundária e acessória”. [...]

Curiosamente, embora essa teoria seja originalmente pensada para explicar as dificuldades de transformação no direito penal destinado aos adultos, ela nos ajuda a perceber como a construção do programa legislativo específico para jovens infratores foi se distanciando dessas características (ou mesmo se opondo), trazendo um novo olhar para a ideia de responsabilidade criminal dos adolescentes em cada etapa de evolução legislativa.

03. De que forma foi realizada a pesquisa e quais foram os principais resultados obtidos em relação à compreensão dos membros do MPBA?

A pesquisa surge de uma primeira questão da qual se derivará todas as demais: quais teorias orientam as argumentações mobilizadas nos discursos dos membros do Ministério Público do estado da Bahia, quanto à(s) finalidade(s) das medidas socioeducativas destinada(s) a adolescentes?

O objetivo principal foi identificar os modelos mentais que tentam explicar, para si mesmo e para os outros, a percepção sobre o “mundo real”, no caso, a função de um sistema de justiça específico para adolescentes, diferenciado dos adultos, porém concebido dentro do mesmo Sistema Criminal. Por isso buscamos a descrição e análise dos argumentos mobilizados pelos membros do MPBa, com atuação na área de infância e juventude, sobre as funções da medida socioeducativa.

Respeitadas as questões éticas de sigilo e privacidade, realizamos entrevistas com seis membros do MPBa, com atuação no atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, em todas as suas fases, tanto da capital quanto do interior, seja da primeira ou segunda instância. As entrevistas foram feitas com base em um roteiro semi estruturado, orientado pelo nosso marco teórico. A vantagem desta técnica foi a flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação, ao mesmo tempo que a utilização do roteiro garantiu a reunião sistemática dos dados recolhidos.

As perguntas foram divididas em três blocos: 1) percepção sobre a produção legislativa; 2) objetivos da medida socioeducativa; 3) exemplos de atuação.

Os conteúdos foram analisados qualitativamente, sendo destacados quatro grupos após a análise das entrevistas: 1) compreensões da medida socioeducativa e seus objetivos; 2) compreensões sobre as ideias e teorias em torno da medida socioeducativa; 3) compreensões sobre o tempo na justiça juvenil; 4) compreensões sobre a prática do Ministério Público do estado da Bahia.

04. Quais são as principais recomendações que você faz, com base em sua pesquisa, para melhorar a compreensão e implementação das medidas socioeducativas por parte do Ministério Público?

Em primeiro lugar, ressalta-se a necessidade de fortalecer a construção de uma “racionalidade infracional”, circunscrita em uma perspectiva não-penal, afastada das teorias da pena aplicada aos adultos e atrelada à Doutrina da Proteção Integral. A compreensão desse modelo criminal não conseguirá produzir adesão social sem o compromisso de não só negar ideias como retributivismo, castigo, desaprovação da conduta, proteção da sociedade, defesa social etc., mas preencher essas “caixas” com as teorias vigentes (e outras) na justiça juvenil, atribuindo possibilidades de inovação, emergência e estabilização de um modelo criminal suficientemente forte para poder servir de referência para outros programas criminais, inclusive o dos adultos.

Nesse sentido, algumas pistas podem ser seguidas para esse fim. A primeira seria promover para a sociedade respostas claras, simples e efetivas para romper com a falsa ideia de impunidade; não a partir da justificativa que o adolescente “sofre” tal qual o “adulto” e que, portanto, já é punido “adequadamente”. Ao contrário, é preciso mostrar que é possível promover a responsabilização através de conceitos e práticas que validem sua eficácia pela percepção das mudanças efetivas na existência do adolescente, impactando as famílias e a comunidade. Um exemplo é a Justiça Restaurativa que, por essência, tem pleno respeito aos princípios típicos do modelo criminal destinado aos adolescentes, por se centrar nas relações entre os sujeitos, inclusive os responsáveis pela mediação. A possibilidade de cura e perdão como fonte dessa reconstrução de sentidos e valores coaduna com a perspectiva de prevenção especial, embasada em uma prática positiva.

Também é necessário romper com uma cultura baseada no medo individual e social, promovendo plenamente o princípio de integração social, a partir da concepção de que a proteção do adolescente é a proteção da sociedade. Que a intervenção promovida com todas as suas camadas de proteção (estrutura adequada, atores preparados, família e comunidade participativas, métodos inclusivos e focados na restauração etc.) podem ressignificar as consequências negativas da conduta com a promoção de ações positivas que as compensem de alguma forma.

05. Quais são as ações práticas que podem ser implementadas para promover a melhoria do sistema de execução de medidas socioeducativas?

É essencial valorizar, disponibilizar, estruturar e qualificar os equipamentos e os recursos humanos da execução de medida socioeducativa em meio aberto, rompendo com a perspectiva de que somente a privação de liberdade é eficaz na defesa de um bem jurídico. Ao contrário, a defesa da excepcionalidade da privação de liberdade é um dever humanitário e civilizatório. E ainda que necessária em alguns casos, deve-se garantir a manutenção de todos os direitos humanos e sociais, sob pena de a neutralização ser um fim em si mesmo.

Outra possibilidade de atuação ministerial é o reforço do seu papel fiscalizatório dos equipamentos em meio aberto e fechados, garantindo que os direitos transindividuais estejam, de fato, presentes no processo de intervenção, condição sem a qual a efetividade da medida socioeducativa reduz significativamente.

Por fim, considerando as diversas concepções produzidas pelas experiências singulares de cada entrevistado, e o impacto em conceitos e valores da própria justiça juvenil, é absolutamente recomendado o aperfeiçoamento profissional em matérias que tratem dos princípios fundamentais desse modelo criminal destinado aos adolescentes, promovendo ativamente, e de modo prático, a Doutrina da Proteção Integral não só como um argumento casuístico, mas como um modelo sistêmico, para a área infracional, de respostas a questões que não encontram amparo em outros instrumentos jurídicos por conta de suas especificidades teóricas.

06. Como a pesquisa contribui para uma reflexão crítica dos fundamentos que embasam os discursos e práticas dos membros do Ministério Público no campo da justiça juvenil?

Trata-se de um ator social que, com um espectro amplo de ferramentas, transita entre a ação civil pública e a ação penal como meios para exigir, em nome do interesse social, a implementação de políticas públicas e o respeito aos direitos fundamentais e sociais, sobretudo na defesa dos direitos da infância e juventude.

Portanto, a compreensão das razões históricas que permearam a diferenciação da justiça juvenil daquela aplicadas aos adultos é essencial para operar uma melhor resposta estatal aos conflitos sociais que envolvem adolescentes (sem interferência das comunicações do Direito Penal, associado a outros fundamentos teóricos).

A pesquisa contribui, em suma, para preencher uma lacuna de fundamentos na tomada de determinadas ações, digamos, processuais, alertando eventuais contradições teóricas sobre a prática de membros do Ministério Público, ao passo que reforça as comunicações próprias do sistema juvenil. Nesse sentido, oferece também um método de autorreflexão que pode transbordar ao objeto observado, permitindo maior clareza na atuação finalística na área de Infância e Juventude que, propositalmente, engessa pouco a atuação (como no caso da área penal), deixando muita “subjetividade” à atuação ministerial.

[Leia a dissertação na íntegra aqui!](#)

Notícias do MP

MP/BA, CNJ e CNMP



Integrantes dos sistemas de Segurança Pública e Justiça debatem combate à criminalidade no MP

Integrantes de instituições que compõem os sistemas de Segurança Pública e Justiça participam, no Ministério Público do Estado da Bahia, do ‘Seminário Estadual Segurança Pública em Perspectiva’. O evento teve início na manhã desta quinta-feira, dia 13, com palestra sobre ‘Dominação de cidades e facções criminosas’, ministrada pelo promotor de Justiça do MP de São Paulo, Leonardo Romanelli, que coordena o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Durante a abertura do seminário, o chefe de Gabinete do MP da Bahia, promotor de Justiça Pedro Maia, expressou sua alegria em ver o auditório lotado, com chefes e integrantes das diversas instituições dos sistemas de Segurança Pública e de Justiça e ressaltou que “a presença de todo o sistema no evento representa o comprometimento e o alinhamento com a temática”. (...)

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), o promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos explicou que o seminário abordará temas relevantes voltados à segurança pública em um ambiente de interlocução rico, entre os atores que compõem o sistema, com ênfase na perspectiva de atuação do Estado para os próximos anos. Além disso, buscará fomentar o diálogo e a troca de experiências entre os integrantes da segurança pública, como peritos, policiais, policiais penais, membros e servidores do MP, Poder Judiciário e Defensoria Pública. Além dele e do chefe de Gabinete, compuseram a mesa de abertura o secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nilson Castelo Branco; presidente do Tribunal de Contas do Estado, Marcus Presídio; secretário de Administração Penitenciária da Bahia, José Antônio Gonçalves; os coordenadores dos centros de Apoio Criminal (Caocrim) e de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), respectivamente, André Lavigne e Tiago Quadros; comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo José Coutinho; diretora-geral do Departamento de Polícia Técnica, Ana Cecília Bandeira; comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Adson Marchesini; e delegada-geral Adjunta Elaine Nogueira. (...)



Reunião discute ações para fortalecimento da segurança pública e controle externo da atividade policial

O Ministério Público estadual promoveu na manhã desta sexta-feira, dia 7, uma reunião do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp), que contou com a presença de promotores de Justiça da capital e interior do estado que atuam na área de segurança pública e no controle externo da atividade policial. O encontro foi aberto pelo promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp). “O MP tem o desafio de estruturar a segurança pública e atuar de forma sistêmica e integrada, contribuindo com a proposta de soluções para diminuir os índices de criminalidade no estado”, destacou.

Na ocasião, Luís Alberto Vasconcelos apresentou as iniciativas na área de segurança pública, como a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que alterou o ato que disciplina a atuação do MP no controle externo da atividade policial, baseado na proposta de resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O coordenador do Ceosp apresentou ainda a criação do BI de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que utiliza informações fornecidas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), reunindo dados de todos os municípios baianos.

Também foram apresentadas as ações do Grupo Especial Operacional de Segurança Pública do MP (Geosp), que realiza diagnósticos e monitoramentos das políticas de segurança pública, presta auxílio às Promotorias de Justiça na elaboração de diagnósticos e na fiscalização das políticas de segurança pública, além de desenvolver planos de atuação e projetos com análise de resultados. “Nosso objetivo é promover o alinhamento institucional do controle externo da atividade policial, com atuação local mediante pedidos de atuação conjunta, e atuação estadual de forma estratégica”, destacou a promotora de Justiça Aline Cotrim. Ela apresentou alguns procedimentos administrativos estratégicos realizados pelo grupo como a padronização dos laudos periciais, a regularização da guarda de bens em delegacias, o projeto do Município Seguro e o acesso dos membros ao Procedimento Policial Eletrônico (PPE).(…)



Promotores de Justiça participam de capacitação sobre análise pericial

Promotores de Justiça com atribuição criminal, júri e auditoria militar participam hoje e amanhã, dias 29 e 30, de um curso de 'Investigação de Crime de Homicídio e Análise Pericial'. O curso visa o aprimoramento da atuação, no sentido de que os promotores de Justiça possam melhor entender termos técnicos e interpretar laudos. Tem ainda o objetivo de promover a aproximação e fortalecer a parceria entre o Ministério Público estadual e o Departamento de Polícia Técnica. Uma parceria relevante que, segundo o chefe de Gabinete do MP, promotor de Justiça Pedro Maia, gera resultados positivos às investigações criminais e ações institucionais.

Ao saudar os participantes do curso, Pedro Maia registrou que a capacitação é importante para quem atua na área, seja na fase pré-processual ou processual, ter conhecimento mais aprofundado da prova técnica, de como está sendo construída e do que ela pode propiciar. É uma qualificação fundamental para aprimorar a atuação de análise pericial, complementou o coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), promotor de Justiça André Lavigne.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, também ressaltou a relevância do curso e lembrou que a atuação na área criminal e de segurança pública é complexa e difícil, requer olhar atento e, cada vez, mais qualificado. Segundo a coordenadora do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública do MP (Geosp), promotora de Justiça Aline Cotrim, a ideia do curso surgiu de experiências exitosas de aproximação feitas para discussão de casos com peritos do DPT na atuação prática.

Conforme informou o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), promotor de Justiça Tiago Quadros, o curso resulta da soma de esforços do Caocrim, Ceosp e Geosp, com o apoio do Ceaf, para abordar temas de extrema relevância. Hoje, o perito criminal do DPT, Tiago Silva, aborda o tema 'Local do Crime', apresentando ainda a estrutura do órgão, conceitos e terminologias mais usados. Amanhã, dia 30, será debatida a 'Tanatologia Forense' e 'Balística Forense', além de realizada visita técnica ao Instituto Médico Leal Nina Rodrigues.



#MPnoSãoJoão: segurança pública é abordada em segundo dia de plantão em Senhor do Bonfim



Equipe de trabalho do Ministério Público estadual realizou hoje, dia 23, visitas institucionais a órgãos de segurança pública e social que atuam no São João de Senhor do Bonfim. Segundo o promotor de Justiça Rui Gomes Sanches Júnior, o objetivo foi avaliar e discutir ações estratégicas conjuntas destinadas à preservação da ordem durante os próximos dias dos festejos juninos.



Os promotores de Justiça foram recebidos pelo Comando do 6º Batalhão da Polícia Militar, o tenente coronel Antonio Roque Ávila dos Anjos, que apresentou o planejamento de atuação da Polícia Militar na cidade, bem como as ações executadas nos primeiros dias das festividades. Os membros do MP também visitaram a sede do Corpo de Bombeiros de Senhor do Bonfim, onde, segundo Rui Gomes, “atestaram a sua atuação regular e a disposição do órgão em contribuir com ações necessárias à manutenção da segurança local, de maneira previamente organizada com a Polícia Militar”

Justiça decreta interdição total da carceragem da Delegacia de Polícia de Amélia Rodrigues a pedido do MP

A pedido do Ministério Público estadual, a Justiça determinou ontem, dia 26, a interdição total da carceragem da Delegacia de Polícia de Amélia Rodrigues. Na decisão, o juiz Guilherme Vitor de Gonzaga considerou as “condições subumanas e total falta de estrutura física do local”. Ele determinou ainda a transferência dos presos para local adequado no prazo máximo de 48 horas e oficiou a Secretaria de Infraestrutura do Município para que forneça relatório sobre a situação da parte estrutural, inclusive elétrica e hidráulica da delegacia. O pedido do MP foi realizado em ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues em atuação conjunta com o Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública do MP (Geosp). A situação estrutural da Delegacia de Polícia foi detectada pelo MP após inspeção no local realizada em cumprimento a Resolução nº 20/2007 e Recomendação nº 62/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, e após vistoria técnica realizada pela Central de Apoio Técnico (Ceat) do MP.[...] Foram detectados problemas nas condições de salubridade, iluminação, falta de higiene e ventilação do ambiente. Em ofício enviado ao MP, o Corpo de Bombeiros relatou que as medidas de segurança exigidas não estão sendo cumpridas, tais como saídas de emergência, brigada de incêndio, iluminação de emergência, sinalização de emergência e extintores.

Reunião do Cisp define detalhes de segurança para festejos juninos em Riachão de Jacuípe

Uma reunião do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) foi realizada ontem, dia 20, em Riachão de Jacuípe, com a participação dos promotores de Justiça Luciano Medeiros Alves da Silva e Analízia Freitas César Júnior. Durante a abertura, Luciano Medeiros apresentou aos participantes o funcionamento do comitê e as estratégias pensadas para a segurança nos festejos juninos do município. Foram discutidos assuntos como a necessidade de reforço policial na revista de entrada ao evento, sendo confirmado pelo prefeito a contratação de segurança terceirizada para suprir a demanda. Além disso, foi abordada a liberação de cooler para os foliões que comparecerem à festa, com a ressalva à proibição de garrafas de vidro e materiais que coloquem em risco a segurança daqueles que participam dos festejos.



Foi acordado que 100 banheiros químicos divididos entre feminino e masculino serão alocados para uso durante o São João. Os moradores da praça Landulfo Alves serão os únicos autorizados a acessar a praça com veículo, havendo um guincho para retirar os que estiverem ocupando o espaço de forma irregular. Sobre a decoração dos camarotes, será preciso laudos profissionais e uso de materiais que estejam na lista de liberações do Corpo de Bombeiros.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Reunião debate estratégias para promover segurança nos estádios de futebol

O Ministério Público estadual promoveu na última segunda-feira, dia 19, uma reunião que discutiu estratégias para promover a segurança dos torcedores nos estádios de futebol de Salvador. Durante o encontro, que foi presidido pela promotora de Justiça Thelma Leal, foi discutida a elaboração de um documento com critérios objetivos para classificação de risco dos jogos. “A partir dessa classificação de risco, vamos definir a estrutura necessária para manter a segurança em cada jogo como, por exemplo, o quantitativo de policiais militares e seguranças que vão atuar no estádio”, destacou a promotora de Justiça Thelma Leal. De acordo com representantes do Bepe, os jogos são classificados pelo Batalhão em pequeno porte (até 10 mil torcedores), médio porte (de 10 a 20 mil torcedores) e grande porte (acima de 20 mil torcedores). [...]

Na ocasião também foram discutidas ações para combate às fraudes dos ingressos de entrada nos estádios e a importância da aplicação de punições para inibir as práticas delituosas, além de iniciativas para estimular o torcedor a entrar nos estádios antes que a partida de futebol inicie. Também participaram da reunião os promotores de Justiça Luis Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); [...]



[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Projeto voltado a ações de cultura e esporte no sistema prisional abre seleção para instrutores

Um projeto voltado a ações de cultura, arte, esporte e lazer no sistema prisional baiano abrirá, na próxima segunda-feira, dia 19, vagas para seleção pública simplificada que preencherá três funções: gestor de polo, instrutor e auxiliar administrativo. Conforme o edital do “Projeto de Extensão Reconstruindo o Amanhã”, desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em parceria com o Ministério Público estadual e a Secretaria de Administração Penitenciária Ressocialização do Estado da Bahia (Seap), as inscrições serão realizadas no período de 19 a 30 de junho, através de formulário eletrônico disponível em: <https://forms.gle/sk2QVSuM85bfjymn6>

O “Projeto de Extensão Reconstruindo o Amanhã” tem como finalidade viabilizar ações de cultura, arte, esporte e lazer no sistema prisional e será iniciado em unidades prisionais como o Conjunto Penal Masculino de Salvador, Conjunto Penal de Feira de Santana, Conjunto Penal de Juazeiro, Conjunto Penal de Itabuna, Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, Conjunto Penal de Serrinha, Colônia Lafayette Coutinho, Colônia Penal de Simões Filho e Hospital de Custódia e Tratamento.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Curso técnico capacita promotores de Justiça para atuar em operações contra crime organizado

A experiência com procedimentos, protocolos, táticas e estratégias de investigação, adquirida durante a deflagração de operações contra o crime organizado, foi compartilhada entre promotores de Justiça e policiais durante o ‘1º Curso de Nivelamento Técnico-Operacional’ do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) do Ministério Público estadual. O curso teve como objetivo capacitar promotores de Justiça interessados em apoiar o Gaeco na execução das operações. O evento foi promovido pelo MP, por meio do Gaeco, Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf).

Durante o curso, promotores de Justiça e agentes policiais do Gaeco apresentaram estudos de casos, quando foram explicadas e detalhadas técnicas, circunstâncias, informações e dados relativos às operações. Os estudos foram apresentados no primeiro dia de curso, que contou também com mesa de alinhamento interinstitucional, com representantes das instituições parceiras que atuam em conjunto com o MP na deflagração das operações..

O curso contou ainda com a presença dos procuradores-gerais de Justiça Ajunto Paulo Marcelo e Wanda Valbiraci; do secretário-geral, promotor de Justiça Alexandre Cruz; **do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Luís Alberto Pereira**; do coordenador interino da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), promotor de Justiça Edmundo Reis e do comandante do Batalhão de Choque, o tenente-coronel Wildon Reis.[...] As autoridades e todos os integrantes do Grupo foram homenageados com a entrega de um botton do órgão.



[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

MP do Espírito Santo faz visita ao MP baiano para conhecer práticas da área de execução penal



[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

O procurador de Justiça César Ramaldes, coordenador do Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (Getep) do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e o promotor de Justiça Gustavo Bacelar, também do MPES, realizaram uma visita técnica ontem, dia 1o, e hoje, dia 2, à Unidade de Monitoramento da Execução da Pena do Ministério Público estadual (Umep). Também participou da visita o policial penal Leonardo Rocha, lotado no núcleo de inteligência prisional do MP do Espírito Santo. A equipe foi recebida pelos promotores de Justiça Edmundo Reis, coordenador da Umep, e Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp). “Diante da experiência de Edmundo Reis e do reconhecimento da Umep viemos conhecer o trabalho desenvolvido na Bahia no intuito de replicar as melhores práticas”, afirmou o procurador de Justiça César Ramaldes. Ele destacou os trabalhos desenvolvidos no MP baiano, a exemplo dos BIs do ‘Sistema prisional’ e do ‘Mapeamento de presos de organizações criminosas’. Também estiveram em discussão os planos de gestão de crises no sistema prisional baiano e o projeto ‘Academia vai ao Cárcere’, que capacita professores, alunos e agentes públicos para que desenvolvam ações norteadas pela política penitenciária com foco na inclusão e formação dos detentos.

Reunião entre MP e PM aborda aprimoramento da abordagem policial e busca domiciliar

O Ministério Público estadual, por meio do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP) da Regional de Ilhéus, realizou uma reunião com comandantes das Companhias Independente da Polícia Militar (CIPM) para falar sobre o aprimoramento das atividades e atuações da PM em relação abordagem pessoal, da busca domiciliar, dentre outros pontos no município. Estiveram presentes no encontro, realizado na última quinta-feira, dia 25, na sede do MP em Ilhéus, os promotores de Justiça Ivelinne Noemi Porto e Maurício Pessoa Gondim, titulares da 13ª e 12ª Promotoria de Justiça, respectivamente, e o coordenador do CISP/Ilhéus, promotor de Justiça e José Botelho Almeida Neto. Além dos majores da PM Joilma Cordeiro Machado, Reinaldo Soeiro e Leonardo Álvaro, comandantes da 68ª, 69ª e 70ª CIPM, respectivamente, e o subcomandante da CIPE/Ilhéus, capitão da PM Gerson Barbosa.



[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Comitê Interinstitucional de Segurança Pública é implantado em Mata de São João para fortalecer combate à violência

O Ministério Público estadual promoveu na última segunda-feira, dia 19, uma reunião que discutiu estratégias para promover a segurança dos torcedores nos estádios de futebol de Salvador. Durante o encontro, que foi presidido pela promotora de Justiça Thelma Leal, foi discutida a elaboração de um documento com critérios objetivos para classificação de risco dos jogos. “A partir dessa classificação de risco, vamos definir a estrutura necessária para manter a segurança em cada jogo como, por exemplo, o quantitativo de policiais militares e seguranças que vão atuar no estádio”, destacou a promotora de Justiça Thelma Leal.

“O Município vive um momento delicado em termos de segurança pública, e o Comitê permitirá uma comunicação mais efetiva entre os órgãos que atuam na área para que soluções sejam buscadas de forma conjunta, contribuindo com uma ação mais rápida e eficiente do sistema criminal e de defesa social de Mata de São João”, destacou a promotora de Justiça Kariny Peixoto.



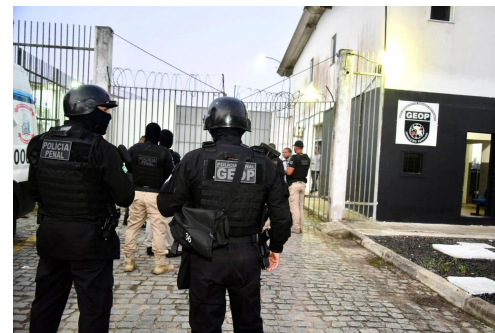
Também estiveram na abertura os promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp); e Luiza Amoedo; a juíza Lúcia Cavalheiro de Macedo; o presidente da Câmara de Vereadores, Elinaldo Rodrigues; o prefeito do Município, João Gualberto; o advogado Eduardo Requião; os delegados da Polícia Civil, Euvaldo Costa e Aymara Bandeira; o capitão da Polícia Militar Paulo Roberto Passos, representando o comandante Botelho; e a conselheira tutelar Diana Azevedo. A reunião contou ainda com a presença de integrantes da sociedade civil, que acompanharam e deram sugestões para diminuir os índices de violência na cidade. [...]

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

'Operação Sísifo' é deflagrada contra esquema de entrada de materiais ilegais no Conjunto Penal de Feira de Santana

O Ministério Público estadual deflagrou na manhã de hoje, dia 28/04, uma operação contra um grupo criminoso responsável pela entrada de materiais ilícitos no Conjunto Penal de Feira de Santana. A 'Operação Sísifo' foi coordenada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e contou com o apoio da Força Correicional da Secretaria de Segurança Pública (SSP), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) e da Unidade de Monitoramento de Execução da Pena (Umep) do MP. Seis promotores de Justiça participaram da operação.

Agentes públicos investigados por envolvimento no esquema foram afastados das funções por determinação da Justiça. Eles são investigados por crimes crimes de prevaricação, favorecimento de entrada de celular em presídio e corrupção passiva e ativa, praticados por associação ou organização criminosa. A operação cumpriu 18 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Criminal de Feira de Santana, nos municípios de Feira de Santana, Irecê, Muritiba, Sapeaçu, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Presidente Dutra e Santa Bárbara, com a finalidade de reunir mais provas sobre os fatos. [...]



[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Doação de 300 livros será destinada a unidades penais do complexo da Mata Escura

As bibliotecas da Penitenciária Lemos de Brito e da Colônia Penal Lafayete Coutinho, do Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador, receberão 300 livros que ficarão à disposição dos detentos e comporão acervo de projeto para remição de pena pela leitura. A doação foi realizada ontem, dia 23, na sede da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), pelos estudantes de Direito da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e estagiários do Ministério Público do Trabalho (MPT) Eliza Maria da Silva Souza, Míriã Kelly Alves dos Santos e Ítalo Rafael Nascimento da Silva, que idealizaram e fizeram a arrecadação das publicações. O material doado contempla títulos tanto da área jurídica quanto de literatura em geral. A entrega contou com intermediação do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena (Umep), responsável pelo projeto 'Academia Vai ao Cárcere', em parceria com o MPT. A Seap fará o encaminhamento dos livros para as unidades.

O ato de entrega teve a presença do secretário José Antônio Maia; do coordenador Umep, promotor de Justiça Edmundo Reis; e da procuradora do Trabalho Adriana Holanda Campelo. A arrecadação dos livros foi promovida pelos próprios estudantes, por meio de campanha realizada na Ufba e no MPT. Também estiveram presentes os diretores da PLB e da Colônia, respectivamente Fabrizio Gama e Marcelo Magalhães; o superintendente de Gestão Prisional da Seap, Luciano Viana; a chefe de Gabinete da Seap, Aída Cintra Telles; o diretor-geral da Seap, José Carlos Castro Filho; a diretora de Documentação da Secretaria, Lívia Cortizo; o coordenador de Educação da Superintendência de Ressocialização Sustentável da Seap Everaldo de Jesus Carvalho; e a servidora da Umep Maria Cláudia Pinto.



[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Segurança pública e acessibilidade são debatidas por integrantes do MP com jovens auditores populares



Uma palestra sobre a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos foi apresentada, ontem (17), pela analista técnica Adoniza Dias Gomes e a estagiária de Serviço Social Ana Clara Andrade, do Centro de Apoio Operacional em Segurança Pública e Defesa Social do Ministério Público estadual (Ceosp), para uma turma de jovens auditores populares. Os jovens são alunos do ensino médio do Colégio Estadual Raphael Serravalle e participam do projeto de Ouvidoria Popular, desenvolvido pela Controladoria-Geral da União na Bahia (CGU).

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Justiça determina abertura do Pavilhão 11 no Conjunto Penal de Feira de Santana para presos em regime semiaberto



As palestras fazem parte do “Projeto de Ouvidoria Popular”, desenvolvido pelo auditor de Finanças e Controle da CGU, Luís Sérgio Lopes, com o objetivo de coletar dados e produzir informações acerca da satisfação dos usuários de políticas e serviços públicos prestados pelo Estado. Por meio do projeto, a CGU pretende estimular a cultura de ouvidoria popular nas comunidades em torno da unidade escolar, o que deverá ocorrer através do diálogo e troca de conhecimentos/experiências entre a comunidade escolar e os auditores da CGU sobre as políticas sociais definidas na Constituição Federal. Adoniza Gomes explicou que as políticas públicas debatidas nesta fase do projeto foram escolhidas pelos estudantes que realizarão pesquisas acerca da prestação destes serviços e apresentarão relatório aos órgãos públicos responsáveis pela execução e fiscalização das políticas.

O Conjunto Penal de Feira de Santana será obrigado a reabrir o Pavilhão 11, dentro de 30 dias, para a custódia exclusiva de condenados em regime semiaberto, conforme determinação judicial. A decisão, do dia 2, atende um requerimento do Ministério Público estadual, realizado pela promotora de Justiça Lívia Sampaio Pereira. “O pavilhão estava fechado, mesmo com condições de funcionamento, por falta de pessoal, algo muito grave, em face à superlotação da unidade”, afirmou a promotora de Justiça. Uma inspeção do MP, realizada no dia 9 de fevereiro deste ano, constatou que o Conjunto Penal tinha 1.661 presos, com uma capacidade para apenas 1.325 vagas.

A decisão determinou ainda que presos do semiaberto, que hoje estão convivendo com detentos de regimes mais gravosos, sejam transferidos para pavilhões exclusivos. Além do Pavilhão 11, que será reaberto, a decisão determina que o Pavilhão 10 seja destinado aos internos nesse regime. Caso não haja disponibilidade, a decisão faculta a escolha de outro pavilhão, desde que não haja convívio entre os presos do semiaberto com os dos regimes fechado ou provisório. Foi determinado também que, dentro de 30 dias, todos os presos do semiaberto tenham acesso, em até 30 dias, à educação oferecida por meio das vagas disponíveis no anexo do Colégio Estadual Paulo VI, já instalado na unidade. A decisão atendeu ao requerimento da 3ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana, que levou em conta uma inspeção do dia 9 de fevereiro que constatou, dentre outras irregularidades, que o pavilhão 11 da unidade estava fechado, mesmo com condições físicas adequadas a seu funcionamento, “por falta de pessoal, incluindo policiais penais”. Constatou ainda que presos condenados ao regime semiaberto estavam cumprindo sua pena no mesmo pavilhão que detentos condenados a regime mais gravoso, por “falta de vagas”. Os fatos, segundo o requerimento, contrariam resolução do Conselho Nacional de Justiça.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

MP implementa Cisp em Mata de São João para fortalecer combate à criminalidade do Município

O Ministério Público estadual, por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Mata de São João, vai promover no próximo dia 10, uma reunião para a implementação do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp). O evento é aberto ao público e ocorrerá na Câmara de Vereadores do município, com a condução da promotora de Justiça Karinny Peixoto.

Segundo a promotora de Justiça Karinny Peixoto, o Município vive um momento delicado em termos de segurança pública, e o Comitê permitirá uma comunicação mais efetiva entre os órgãos que atuam na área para que soluções sejam buscadas de forma conjunta. 'O Cisp contribuirá com uma ação mais rápida e eficiente do sistema criminal e de defesa social de Mata de São João', destacou a promotora de Justiça.

[Leia mais. Fonte: MPBA](#)

Resolução do CNJ traz diretrizes para a aplicação das normas voltadas à saúde mental

A Política Antimanicomial do Poder Judiciário caminha em consonância com os normativos nacionais e internacionais e com os princípios da Reforma Psiquiátrica iniciada no Brasil, com o trabalho em rede, o fortalecimento das equipes multidisciplinares de saúde, os atendimentos descentralizados e em comunidade e foco na singularidade dos sujeitos.[...]

A partir de levantamento realizado por meio de uma consultoria contratada no âmbito do Programa Fazendo Justiça (Pnud/CNJ) se buscou conhecer práticas e programas relacionadas à saúde mental e privação de liberdade no país. A pesquisa possibilitou a identificação de necessidades e a produção de conhecimento sobre a questão, de forma a qualificar o normativo proposto pelo GT Ximenes Lopes. Além das questões direcionadas aos tribunais e aos estabelecimentos prisionais, a pesquisa também se aproximou da importante experiência das EAPs.

[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

'Operação Parapitinga' desarticula esquema responsável por sonegar mais de R\$ 3,5 mi em impostos

Estão sendo cumpridos nove mandados de busca e apreensão nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato



A Força-Tarefa de combate à sonegação Fiscal no Estado da Bahia deflagrou na manhã de hoje, dia 26/04, a 'Operação Parapitinga', que investiga a prática de sonegação fiscal por um grupo empresarial do setor de comércio atacadista, que teria sonegado pelo menos R\$ 3,5 milhões em impostos.

Estão sendo cumpridos nove mandados de busca e apreensão na cidade de Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato. Os bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas foram bloqueados, a fim de garantir a recuperação dos valores sonegados. A ação visa interromper o esquema e coletar provas para instruir a investigação em curso, iniciada pelo escritório do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) em Vitória da Conquista. [...]

O esquema fraudulento foi identificado pela inteligência fazendária da Secretaria estadual da Fazenda (Sefaz), em conjunto com o Ministério Público estadual e a Polícia Civil. Segundo as investigações, o grupo fazia aquisição e distribuição de mercadorias sem documentação fiscal; usava "laranjas" no quadro societário, cujas pessoas jurídicas utilizadas eram posteriormente abandonadas e imediatamente sucedidas por outras, no mesmo segmento de mercado; e utilizava empresas em nome de terceiros para aquisição de mercadorias, deixando para trás valores expressivos em débitos tributários de ICMS, promovendo assim a blindagem patrimonial dos verdadeiros gestores do grupo. [...]

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Cisp de Alagoinhas debate fortalecimento de ações de combate à criminalidade



O fortalecimento de ações de combate à criminalidade no município de Alagoinhas foi debatido ontem, dia 26/04, durante reunião do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp), conduzida pelos promotores de Justiça Rafael de Castro Matias e Áviner Rocha Santos. O encontro marcou a retomada das atividades do comitê, que agora conta com Câmara Temática de Violência Doméstica.

Durante a abertura dos trabalhos, Rafael de Castro Matias ressaltou a importância do diálogo entre as instituições para promoção efetiva do combate à criminalidade, citando a necessidade de realização de um planejamento científico na área de segurança pública para melhor organizar as ações voltadas à área. Ele também destacou a relevância da implantação do Conselho Comunitário de Segurança Pública (Conseg) e do avanço do videomonitoramento no município. O promotor de Justiça Áviner Rocha aproveitou a oportunidade para informar sobre a instauração da Câmara de Violência Doméstica, criada em razão do elevado número de casos de violência contra a mulher, e falou sobre a fundamental integração das Polícias Civil e Militar no combate ao crime no município. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)



Operação frustra plano de ataque a escola em Feira de Santana

Um adolescente de 15 anos foi alvo no início da manhã desta sexta-feira, dia 14/04, da 'Operação Proteção Ativa'. Ele é investigado por planejar ataque a uma escola em Feira de Santana e por ameaças de atentados nas redes sociais. Segundo as investigações, o ataque estava planejado para ocorrer hoje às 6h30. A operação foi deflagrada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e foi resultado também de uma articulação interinstitucional com as Secretarias de Segurança Pública da Bahia (SSP), de Educação (SEC) e de Justiça e Direitos Humanos (SJDH).

A 'Proteção Ativa' contou com apoio da Superintendência de Inteligência e Força Correicional Especial Integrada da SSP; do Comando de Policiamento Regional Leste; do 12º Batalhão de Polícia Militar de Camaçari; do Gaeco do MP de Santa Catarina; do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente (Caoca) do MPBA; Polícia Civil de São Paulo e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Foi cumprido mandado de busca e apreensão na casa do adolescente, onde foram apreendidos dois facões, aparelho celular, computador e documentos.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Grupo de Trabalho

Um Grupo de Trabalho do MP baiano está monitorando e contribuindo com as políticas públicas em execução no combate a todo e qualquer ato violento ou de estímulo à violência nas escolas. O GT também auxilia tecnicamente as Promotorias de Justiça para uma atuação integrada e coordenada sobre o tema. O GT é composto pelos Centros de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), da Criança e do Adolescente (Caoca), de Defesa da Saúde (Cesau), Criminal (Caocrim), de Defesa do Consumidor (Ceacon) e de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp). O Ministério Público também integrará comissão interinstitucional criada pelo Governo do Estado, formada pela SJDH, SSP e SEC, voltada para promover ações de combate à violência nas escolas. [...]

Seis pessoas investigadas por execução são presas durante 'Operação Efúgio'

Deflagrada em conjunto pelo MP e SSP, operação cumpriu mandados na região de Itaberaba



Seis pessoas foram presas na manhã desta quarta-feira, dia 12, durante a 'Operação Efúgio,' deflagrada em conjunto pelo Ministério Público estadual, por meio dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Operacional de Segurança Pública (Geosp), e pela Força Correicional Especial Integrada de Combate a Grupos de Extermínio, coordenada pela Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Elas são apontadas por integrar grupo criminoso responsável por pelo menos três homicídios na região de Itaberaba, com indícios de execução. As prisões aconteceram em Feira de Santana (1) e na região de Itaberaba (5). Uma pessoa se encontra foragida. [...]



A 'Efúgio' partiu de perícias técnicas que revelaram que as armas de fogo utilizadas nas execuções de três vítimas, ocorridas em 2019 e 2020 na cidade de Itaberaba, são as mesmas apreendidas em posse do grupo criminoso durante a 'Operação Portal', deflagrada em 30 de setembro de 2020 pela Força Correicional Especial Integrada da SSP. Conforme as perícias, as armas foram empregadas nos homicídios de Ademário de Jesus Júnior, em 2 de agosto de 2020; de Josenilton Santos de Jesus, em 3 de julho de 2020; e de Hector Franclin Gomes dos Reis, em 5 de agosto de 2019.

[Leia na íntegra.](#)
[Notícia adaptada.](#)
[Fonte: MPBA](#)

MP participa de reunião do Comitê de Segurança nas Escolas

O Ministério Público estadual participou ontem, dia 20/04, de reunião do Comitê Estadual Intersectorial de Segurança nas Escolas e nos Espaços Educacionais da Bahia (Cise), realizada na Secretaria estadual de Educação (SEC). O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), promotor de Justiça Adalvo Dourado, falou sobre a atuação do MP e informou sobre nota técnica elaborada pelo Grupo de Trabalho de enfrentamento à violência no ambiente escolar, que traz subsídios e orientações técnicas para a atuação dos promotores de Justiça. A reunião foi conduzida pela secretária de Educação Adélia Pinheiro, que preside o Comitê. Também participaram o secretário de Segurança Pública Marcelo Werner e representantes das demais instituições que compõem o Cise.



O Cise foi instituído pelo Decreto Estadual 21.992, publicado no último dia 14/04, com o objetivo de "integrar os órgãos, entidades da Administração Pública e representantes da sociedade civil, favorecendo a atuação colaborativa para a construção de ambientes educacionais isentos de ameaças a estudantes, professores, dirigentes e famílias, e a proposição de medidas com vistas à paz e ordem social". O MP é membro permanente do Comitê.

[Leia mais. Notícia adaptada.](#)
[Fonte: MPBA](#)

PGJ participa de cerimônia de instalação do Comitê Intersectorial de Segurança nas Escolas

MP da Bahia é membro permanente do órgão criado pelo Governo do Estado

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti participou na manhã de hoje, dia 19, da cerimônia de instalação do Comitê Estadual Intersectorial de Segurança nas Escolas e nos Espaços Educacionais da Bahia (Cise), instituído pelo Governo do Estado. O Ministério Público do Estado da Bahia integra o Comitê como membro permanente. O evento ocorreu no auditório do Centro de Operações de Inteligência (COI) da Secretaria de Segurança Pública (SSP), no CAB, com a presença do governador Jerônimo Rodrigues, vice-governador Geraldo Júnior, da secretária estadual de Educação Adélia Pinheiro, que preside o Comitê, entre outras autoridades. A PGJ foi acompanhada do chefe de Gabinete, promotor de Justiça Pedro Maia. [...]

No evento, a chefe do MP destacou a importância da integração das instituições e falou sobre o papel do MP baiano, que tem um Grupo de Trabalho atuando para garantir a paz nas escolas em todo o estado, articulando medidas integradas nas áreas de educação, criança e adolescente, segurança pública, saúde, criminal e consumidor. A PGJ ressaltou que o GT já está atuando junto ao Comitê. "Estamos em momento de prevenção e também coibindo fatos que tragam prejuízos à saúde física e mental dos estudantes e das pessoas, em geral. Estamos de plantão permanente. Já houve apreensão de menores. Estamos acompanhando com nosso Grupo de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), com nosso serviço de inteligência, integrados com as Secretarias de Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação", afirmou. Norma Cavalcanti destacou ainda que não se pode deixar instalar uma cultura do medo nas escolas, que "devem ser um solo sagrado, pois temos ali nosso maior patrimônio, que são nossos filhos, netos e professores, que formarão o futuro da nossa nação".



[Leia mais. Notícia adaptada.](#)
[Fonte: MPBA](#)

Procuradores de Justiça debatem os rumos do MP em encontro de construção do Plano Estratégico 2024-2031



Procuradores de Justiça participam hoje, dia 03/04, de encontro que discute os rumos do Ministério Público do Estado da Bahia para os próximos oito anos. Junto com integrantes da administração superior e coordenadores de Centro de Apoio, os membros da segunda instância revisam, debatem e alinham contribuições para a formação da nova visão, missão e valores institucionais. Também definem objetivos, estratégias e iniciativas para construção do MP do futuro. Uma contribuição importante e valorosa para a elaboração do Plano Estratégico 2024-2031, registrou a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti na abertura do encontro. Ela ressaltou que o Plano deverá expressar o desejo de crescimento do MP, que precisa caminhar primando, por meio dos seus membros, pela unidade institucional. “Sabemos que o Plano Estratégico é um instrumento vinculativo, que nos orienta para cumprirmos metas planejadas por todos os integrantes da instituição. Ele nos ajuda a agir conjuntamente para fortalecermos a unidade do MP baiano e brasileiro”, disse a PGJ. Norma Cavalcanti aproveitou o momento para lembrar dos desafios institucionais, inclusive orçamentários, e da importância do olhar atento e da atuação aguerrida de cada um em prol do todo.

Chefe de Gabinete do MP, o promotor de Justiça Pedro Maia destacou a difícil tarefa de planejar o que está por vir. Também abordou conquistas e avanços garantidos nos últimos três anos, assinalando que a Instituição “caminhou bastante”. O MP ampliou seu quadro de membros e servidores, aprimorou seus instrumentos tecnológicos e interiorizou serviços importantes para o desenvolvimento das suas tarefas, como os Centros de Assessoramento Técnico Interdisciplinar (Catis). Além disso, em todas as 72 sedes próprias, que funcionam em unidades autônomas, independentes de Fóruns, já foi disponibilizada internet de alta velocidade. Até outubro, todas as quase 300 unidades do MP na Bahia terão essa qualidade de internet, afirmou, destacando a digitalização da Instituição como um legado. O promotor de Justiça frisou que nada seria possível sem o empenho da PGJ e seus adjuntos. O engajamento da administração também foi ressaltado nas palavras do presidente da Associação do Ministério Público da Bahia (Ampeb), promotor de Justiça Adriano Assis, que reforçou a importância do encontro.

O secretário-geral, promotor de Justiça Alexandre Cruz, lembrou que a metodologia adotada propiciará uma conversa institucional horizontalizada e intersetorial para que os integrantes do MP possam, juntos, definir os rumos da Instituição como um todo e não apenas naquilo que diz respeito às suas rotinas. Ele pontuou que o segundo grau, a partir da sua perspectiva, lança luzes, opina e traça diretrizes para o MP em todas as suas áreas. Também integraram a mesa de abertura do encontro o procurador-geral de Justiça Ajunto, Paulo Marcelo Costa; a procuradora-geral de Justiça Adjunta para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci; o secretário-geral Adjunto, promotor de Justiça Ricardo Andrade; e o coordenador da Gestão Estratégica, promotor de Justiça Lourival Miranda, que apresentou a visão geral e o alinhamento conceitual para a construção do plano estratégico 2024-2031. [...]



[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)
[Fonte: MPBA](#)

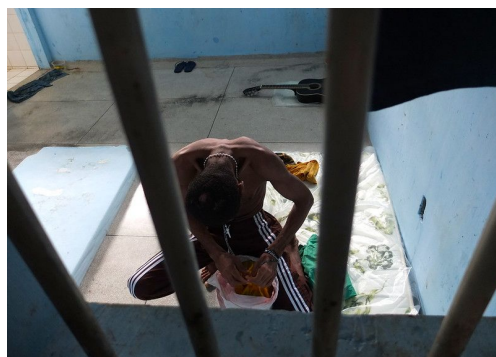
Avanços nos tribunais é aceno positivo para a Política Antimanicomial do Judiciário

Seminário deu visibilidade a pacientes da saúde mental sob custódia, afirma Rosa Weber

Vinte e dois anos após a promulgação da Lei Antimanicomial (10.216), o Poder Judiciário se vê diante de um desafio: implementar a política definida pela Resolução CNJ n. 487/2023. Embora a maior parte dos estados esteja se adaptando para cumprir a norma, alguns órgãos, como os Tribunais de Justiça de Minas Gerais e de Goiás, já contam com programas que tornaram rotineiros o acolhimento e encaminhamento ambulatorial de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. [...]

A Política Antimanicomial do Poder Judiciário assegura o tratamento das pessoas com transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial que estejam custodiadas, sejam investigadas, acusadas, réis ou privadas de liberdade. A medida também vale para esse público que esteja em cumprimento de pena ou de medida de segurança, em prisão domiciliar, em cumprimento de alternativas penais, monitoração eletrônica ou outras medidas em meio aberto, e conferir diretrizes para assegurar os direitos dessa população.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)
[Fonte: CNJ](#)



A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, classificou o seminário internacional sobre saúde mental, realizado em Curitiba (PR), como um marco para o Poder Judiciário. De acordo com a ministra, que participou do encerramento do evento, além de visita ao Complexo Médico Penal do Paraná, na sexta-feira (16/6), os debates e as apresentações permitiram a visibilização das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. [...]

Na cerimônia de encerramento, a ministra assinou um protocolo de intenções, representando o CNJ, com o Ministério da Saúde, para o fim de se implementarem medidas de abrangência e fortalecimento da Rede Nacional de Atenção à Saúde Mental em todo o país, como forma de se alcançarem meios concretos para a realização da Política Antimanicomial no Poder Judiciário. O acordo prevê, entre outras ações, o desenvolvimento de referências para a construção de um Plano Nacional de Desinstitucionalização, em condições de prever uma melhor qualificação e a própria diversificação do tratamento psiquiátrico em nosso país, em especial para confiá-lo a estabelecimentos sob a gestão e a responsabilidade do sistema de saúde, em casos de medidas de segurança, entre outras ações.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)



Presos com transtorno mental terão atendimento especializado com Resolução

Assegurar os direitos da população em custódia que apresenta transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial é o objetivo da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. Entre os procedimentos previstos para ocorrer durante todo o período de custódia está o tratamento de saúde mental da pessoa detida ao longo do curso da execução da medida de segurança. [...]

A norma segue convenções internacionais e a legislação vigente, além de ir ao encontro da motivação do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, celebrado ontem, dia 18 de maio, data que marca as mobilizações em torno da formalização de novas legislações, implantação da rede de saúde mental e atenção psicossocial, além da instauração de novas práticas relativas ao tema. As medidas definidas na Resolução se aplicam tanto às pessoas com transtorno mental relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas quanto aos adolescentes apreendidos, processados por ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa com alguma situação de saúde mental específica. [...]



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Coletânea sobre reconhecimento de pessoas é lançado nesta segunda (22/5)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança, nesta segunda-feira (22/5), durante webinar, a coletânea de artigos “Reflexões sobre o Reconhecimento de Pessoas: Caminhos para o aprimoramento do Sistema de Justiça Criminal”. O documento é fruto do grupo de trabalho sobre reconhecimento pessoal em processos criminais coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogério Schietti.

A coletânea contém artigos escritos por juristas, psicólogos, sociólogos e cientistas sociais. Os trabalhos acadêmicos contribuem para a discussão sobre os problemas que envolvem o reconhecimento de pessoas, assim como para a disseminação, na comunidade jurídica e na sociedade civil, dos mais recentes estudos e pesquisas referentes a matéria. Entre os aspectos abordados estão a falibilidade da memória humana, o racismo estrutural que permeia os reconhecimentos equivocados e práticas mais modernas de capacitação de profissionais do sistema de justiça para realização do procedimento de reconhecimento, de forma a evitar condenações injustas. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Desigualdades marcam a rotina de adolescentes privadas de liberdade, aponta estudo

Desigualdades econômicas, de gênero e de raça, elementos enraizados em nossa sociedade refletidos no sistema de justiça, é a realidade de adolescentes grávidas privadas de liberdade. A análise está na pesquisa de campo [Relatos da invisibilidade: representações de atores públicos sobre a aplicação do marco legal da primeira infância no cenário penal e socioeducativo feminino](#), desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que analisa qualitativamente o universo de adolescentes que estão em regime de internação. O levantamento também inclui jovens mães de crianças de até 6 anos de idade do diagnóstico nacional da primeira infância.



[Leia na íntegra. Fonte: CNJ](#)

Pesquisa do CNJ destaca problemas de saúde e ameaças contra a vida nas prisões do Brasil

Pesquisa para investigar o falecimento de pessoas que foram expostas ao ambiente prisional mostra que a letalidade é, de fato, uma possibilidade real para quem, no Brasil, se torna uma pessoa sob a custódia estatal, ou seja, um detento ou uma detenta, por cometer um crime. A taxa de detecção de tuberculose nas prisões chega a ser 30 vezes maior do que a observada na população em liberdade. E o risco de morte por caquexia, ou enfraquecimento extremo, é de 1.350% maior entre quem está na cadeia do que na população em geral.

O levantamento “Letalidade prisional: uma questão de justiça e saúde pública”, encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da quinta edição da série Justiça Pesquisa, sintetiza essa realidade dos espaços de privação de liberdade do Brasil: morre-se muito, sabe-se pouco, registra-se quase nada; praticamente não se responsabiliza, tampouco se repara. Mesmo com o retorno ao convívio social, essa marca da passagem pelo cárcere resiste. O tempo médio de vida das pessoas depois que saem da prisão é de 548 dias e 28% dessas mortes ocorreram em eventos violentos. [...]

O relatório do CNJ se propôs a detalhar a gravidade dos problemas que caracterizam a gestão carcerária e socioeducativa no Brasil e revela indícios de subnotificação de mortes, bem como aponta para a necessidade de aprimoramento da administração penitenciária, em especial quanto à oferta de serviços de saúde às pessoas sob custódia estatal. . [...]



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

GMFs e CNJ abordam inspeções judiciais, migrantes e saúde mental no âmbito dos TRFs

Para ampliar a troca de experiências em temas como inspeções judiciais, atenção à saúde mental, visitas virtuais e pessoas migrantes custodiadas em presídios federais e carceragens da Polícia Federal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), realizou a segunda reunião técnica com magistradas e magistrados que integram os Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) dos Tribunais Regionais Federais (TRFs). [...]

Para o juiz federal com atuação no DMF/CNJ João Felipe Lopes, o espaço é fundamental para fortalecer o trabalho do Judiciário no campo penal. “Ouvindo as demandas dos colegas, é possível saber quais são as necessidades, boas práticas e dificuldades próprias de cada tribunal, e dessa forma melhor orientar a atuação do CNJ”. A [primeira reunião](#), em fevereiro, discutiu o trabalho da Justiça Federal para transformações no sistema penal e na concretização de decisões internacionais de direitos humanos. [...]



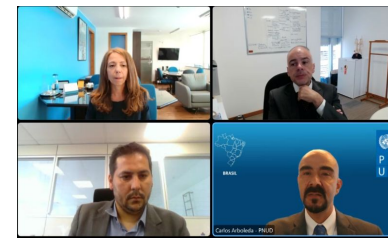
[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

CNMP publica recomendação para que o MP adote providências para a cobrança da pena de multa fixada em sentença penal condenatória ou homologatória

Entrou em vigor, nesta quarta-feira, 14 de junho, a Recomendação nº 99/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro para a cobrança da pena de multa fixada em sentença penal condenatória ou homologatória. A norma está publicada na edição nº 103 do Caderno Processual do Diário Eletrônico do CNMP. Relatada pelo conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. e apresentada pelo conselheiro Jaime de Cassio Miranda, a recomendação foi aprovada, por unanimidade, durante a 8ª Sessão Ordinária de 2023. De acordo com a recomendação, a cobrança deve priorizar medidas que favoreçam o adimplemento da pena de multa prevista no Código Penal, sem a necessidade de propositura de ação de execução. Quando necessário, e de acordo com o caso, deve acontecer o parcelamento da multa ou o desconto nos vencimentos, remuneração, subsídio, soldo ou salário do condenado, também nos termos do Código Penal. [...]

[Leia na íntegra. Fonte: CNMP](#)

Audiência de custódia: formação sobre APECs reuniu profissionais de todo o país



O Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), metodologia fomentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para qualificar as audiências de custódia, foi tema de formação realizada na última semana para mais de 100 servidores e servidoras de todas as regiões do país. Atualmente o serviço APEC está presente em 23 estados e pode funcionar no formato pré-audiência, no pós-audiência ou em ambos os formatos.

Na formação, especialistas, magistrados, gestores e integrantes das equipes multiprofissionais abordaram temas como as melhores práticas em atendimento social na audiência de custódia, princípios éticos, bases legais e infralegais para o serviço, desafios no acolhimento, escuta qualificada e identificação de demandas. Este é o quarto ciclo nacional formativo para equipes do serviço APEC – a qualificação do serviço integra o escopo das atividades do programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para acelerar transformações no campo da privação de liberdade. Entre os apoiadores, estão Ministério da Justiça e Segurança Pública e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Segurança Pública em Foco explica a atuação das Forças Armadas por meio das “Operações de Garantia da Lei e da Ordem e controle de fronteira na Amazônia”



Aumentar a presença dos poderes institucionais e melhorar as condições de infraestrutura numa região de extensões continentais com mais de nove mil quilômetros. Estes são alguns dos desafios do controle da fronteira da Amazônia, temática que fez parte das discussões do Programa Segurança Pública em Foco, realizado nessa quarta-feira, 14 de junho. As operações da Garantia da Lei e da Ordem também estiveram no centro das discussões do programa, que é realizado na sede do Conselho Nacional do Ministério Público e transmitido pelo canal do CNMP no YouTube.

Promovido pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) e apresentado pelo seu presidente, conselheiro Jaime de Cassio Miranda, o programa recebeu o chefe da Missão de Paz e Aviação do Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro, general de Brigada Alexandre Ribeiro de Mendonça, e a promotora de Justiça Militar Ângela Taveira. “A CSP vem desenvolvendo esse projeto para ter sempre em mente as preocupações que envolvem a segurança pública. Nós buscamos, em cima dessa preocupação maior, trazer especialistas, pessoas que lidam com a segurança pública lá na ponta. Por vezes é fundamental, para aumentar o nosso conhecimento, nos dar um pouco da experiência vivida, escutar aquelas pessoas que lidam na fronteira daquilo que a gente chama dos cuidados maiores da segurança pública”, relatou o conselheiro. [...]

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)

Comissão do Sistema Prisional do CNMP e Ministério da Justiça discutem temas para possíveis assinaturas de acordos de cooperação

Nessa quinta-feira, 15 de junho, integrantes da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), do Conselho Nacional do Ministério Público, e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) se reuniram, na sede do CNMP, em Brasília, e trataram de temas e demandas comuns a fim de serem firmados acordos de cooperação entre as duas instituições.



A reunião foi conduzida pelo presidente da CSP, conselheiro Jaime de Cassio Miranda, que recebeu o secretário de acesso ao Judiciário, Marivaldo de Castro, e a assessora especial Juliana Vieira, ambos do MJSP. Durante o encontro, o conselheiro explicou a organização funcional e as atribuições da CSP, além de apresentar projetos e ações estratégicos em andamento. Além disso, foram abordadas questões relativas ao controle externo da atividade policial, ao sistema prisional, ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e ao fortalecimento do sistema brasileiro de segurança pública. Também participaram da reunião os membros auxiliares da CSP, Fernanda Balbinot e Alexandre Reis, e o major-brigadeiro Gilberto Barros.

[Leia na íntegra. Fonte: CNMP](#)

Notícias Externas

GOV BR, TJBA e SSP



Projeto Segurança Pública em Foco debate ações para o enfrentamento da violência nas escolas

Durante a 11ª Edição do Projeto Segurança Pública em Foco, promovido pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público, o diretor de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Romano José Carneiro da Cunha Costa, foi enfático: “O problema dos ataques à escola não é um problema só de segurança pública. Quando a segurança pública age é porque toda a sociedade já falhou. Então nós somos a linha de frente, nós não podemos pensar que a solução será a segurança pública. A solução está muito anterior à segurança, mas nós fazemos parte dessa solução”, disse.

Com o tema “Violência nas escolas providências atuais para o enfrentamento”, o encontro, realizado na manhã desta quarta-feira, 10 de maio, contou com debates dos conselheiros do CNMP Jaime de Cássio Miranda, presidente da CSP; Rogério Magnus Varela, presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE); e do diretor de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Romano José Carneiro da Cunha Costa.

O Cyber Lab é uma iniciativa para identificar ameaças cibernéticas e desenvolver estratégias para preveni-las; já o Escola Segura tem como objetivo promover a segurança nas escolas e prevenir a violência. Após o atentado em Blumenau, por exemplo, foram realizadas 812 ações para remoção ou preservação de conteúdos em redes sociais. [...]



[Leia na íntegra. Fonte: CNMP](#)

Presidente da Comissão do Sistema Prisional do CNMP aborda o método Apac em simpósio no Ministério da Justiça e Segurança Pública

Nesta terça-feira, 10 de maio, o presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público, conselheiro Jaime de Cassio Miranda, ministrou palestra sobre o papel do CNMP para fomentar a difusão do método Apac, sigla de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. O assunto fez parte da programação do “Simpósio de política criminal: alternativas penais atuais”, promovido pelo Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCP), no Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília.

Na ocasião, o conselheiro afirmou que “o método Apac é uma iniciativa importante e inovadora para a recuperação dos presos do sistema prisional brasileiro e o CNMP vem realizando um trabalho de relevo em sua difusão. Como destaque, em 14 de março deste ano, foi celebrado um acordo de cooperação técnica com o intuito de disseminar o método entre os membros do Ministério Público brasileiro e, conseqüentemente, buscar a expansão do projeto”. [...]

Em solenidade realizada no dia 14 de março, durante a 3ª Sessão Ordinária de 2023, o CNMP assinou acordo de cooperação com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) para disseminar a metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) entre os membros do Ministério Público brasileiro a fim de que eles promovam a expansão do método nos municípios.



[Leia na íntegra. Fonte: CNMP](#)

Grupo de trabalho reúne-se para debater ações da política antimanicomial e o direito das pessoas com qualquer forma de deficiência psicossocial que estejam custodiadas

Em conformidade com a Resolução n. 487/2023, o Grupo de Trabalho (GT) de Política Antimanicomial do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) – presidido pelo Desembargador Nilson Soares Castelo Branco – segue deliberando ações em prol da política antimanicomial. Os esforços visam assegurar direitos das pessoas com transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial que estejam custodiadas. No dia 05/06, o Coordenador do GT, Desembargador Geder Luiz Rocha Gomes, participou de duas reuniões dedicadas ao assunto. A primeira, com o Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia (Seap), José Antônio Maia Gonçalves. E a segunda, com membros integrantes do GT. Entre as ações discutidas estão o estabelecimento de uma estratégia política e a necessidade de fortalecimento da estrutura material do Estado.

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: TJBA](#)

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS REALIZA INSPEÇÃO NO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), presidido pelo Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, informa que a Vara de Execuções Penais de Feira de Santana-BA, localizada a 115 quilômetros de Salvador, realizou inspeção no Conjunto Penal da respectiva cidade. Ocorrida no dia 12 de junho, a ação promoveu atendimentos com a oitiva de todos os internos custodiados no Sistema de Controle de Execução Penal (SISCOPE) e visita ao pavilhão feminino das internas sentenciadas.

Na oportunidade, o Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Feira de Santana, Fábio Falcão Santos, ressaltou às internas a importância do trabalho, leitura e estudo, não apenas no processo de reintegração social, mas como instrumento de crescimento pessoal e possibilidade de diminuição do tempo de encarceramento, por meio das remissões previstas no art. 126 da Lei de Execuções Penais.

[Leia na íntegra. Fonte: TJBA](#)



TJBA REALIZA O SEMINÁRIO INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA COM A JUSTIÇA RESTAURATIVA



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: TJBA](#)

Nesta segunda-feira (08), o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) realizou o Seminário Integração da Segurança Pública com a Justiça Restaurativa. O evento reuniu diversas autoridades importantes para a segurança do estado e tratou de temas como a sensibilização de agentes das forças de Segurança Pública.

O encontro teve apoio da Universidade Corporativa (Unicorp) do TJBA e contou com a presença do Desembargador Mário Albiani Júnior, Diretor-Geral da Unicorp. “Em um ambiente confiável e integrado, há uma efetiva eficiência das instituições, uma melhor prestação jurisdicional e uma política inclusiva de todos para a garantia dos direitos fundamentais. Nesta esteira de pensamento, não há dúvida quanto à importância desse evento, que busca a capacitação dos profissionais dessa área”, declarou o Desembargador.

O Comitê Gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau, responsável pela iniciativa, foi representado pela Presidente do Comitê, Desembargadora Joalice Maria Guimarães de Jesus, que ministrou a primeira palestra sobre o tema “Justiça Restaurativa e Segurança Pública na Bahia, o registro histórico”. “Há pessoas que participam para colaborar com a resolução. A resolução e futuro são a maior importância da justiça restaurativa e dos encontros restaurativos. Num futuro bem próximo, nós já estaremos fazendo cursos e capacitando pessoas a estarem trabalhando com a justiça restaurativa”, declarou a Magistrada. [...]

CGJ INOVA E PROMOVE PRIMEIRA OFICINA LITERÁRIA DA BAHIA EM UMA PENITENCIÁRIA

Trabalhar a dignidade humana, buscar a ressignificação pessoal de cada um e ouvir a todos. Esses foram e são os objetivos da 1ª Oficina Literária, realizada pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça (CGJ/TJBA) em um estabelecimento penal no Estado da Bahia, a Penitenciária Lemos de Brito.

Com doze horas de duração, sendo três horas por dia, as atividades, que têm por finalidade a entrega de textos escritos, se deram entre segunda-feira e quinta-feira, com quinze homens privados de suas liberdades, sendo a quinta-feira o dia do fechamento e entrega dos conteúdos, com a presença do Corregedor-Geral do TJBA, Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, e de outras autoridades, que foram para prestigiar a ação.

“Contei coisas que gostaria de ter compartilhado para as pessoas que estavam do meu lado e não conseguia”, disse Marcelo Fonseca, referindo-se ao texto que escreveu. Segundo ele, foi uma oportunidade de refletir sobre o que o levou à prisão para então “mudar esse quadro”. [...]



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: TJBA](#)

Grupo do CNJ sobre redução da letalidade policial fará visitas a unidades de segurança

Trinta e sete iniciativas desenvolvidas por 12 unidades do Ministério Público brasileiro foram selecionadas para comporem o banco de boas práticas da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O anúncio foi feito pelo presidente da CSP, conselheiro Jaime de Cassio Miranda (foto), nesta terça-feira, 11 de abril, durante a 5ª Sessão Ordinária de 2023.

Em maio de 2022, a CSP lançou edital de chamamento de inscrição das iniciativas no banco de boas práticas, que é um sistema eletrônico que reúne informações e resultados de programas, projetos, ações, campanhas e ferramentas desenvolvidos pelos membros do Ministério Público brasileiro nas áreas de atuação relacionadas à CSP: segurança pública, controle externo da atividade policial e sistema prisional. Coordenado pelo conselheiro do CNJ João Paulo Schoucair, o GT conta com a participação do também conselheiro do CNJ Marcio Freitas, de juízes auxiliares da Presidência do CNJ, integrantes do Ministério Público, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), das secretarias estaduais de Segurança Pública, das polícias, do Ministério Público, de entidades de defesa dos direitos humanos, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e acadêmicos. [...]

Confira os projetos selecionados:

Para saber mais sobre os projetos acesse : [Banco de Boas Práticas](#)

Na categoria “Sistema prisional”, passam a integrar o banco da CSP dez iniciativas:

- Reintegra, do MPMS, de autoria de Renata Ruth Fernandes Goya Marinho e Jiskia Sandri Trentin
- Transforme, do MPMS, de autoria de Jiskia Sandri Trentin
- Custodiados, do MPMS, de autoria de Luciana do Amaral Rabelo
- Lupa – Legalidade, União, Parceria e Atenção – do MPMS, de autoria de Jiskia Sandri Trentin
- Aurora, do MPMS, de autoria de Jiskia Sandri Trentin
- Artesão Livre – do MPMS, de autoria de Jiskia Sandri Trentin
- Manual de Atuação em Inquéritos Policiais, do MPMS, de autoria de Lívia Carla Guadanhim Bariani e Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna
- Cobrança Eficiente da Pena de Multa, do MPMG, de autoria de Marcos Paulo de Souza Miranda
- Projeto Ressocializa, do MPMG, de autoria de Ariane Patrícia Gonçalves
- Educação + Trabalho = Dignidade, do MPPI, de autoria de Liana Maria Melo Lages

Na categoria “Controle externo da atividade policial”, foram sete os projetos incluídos:

- Colóquios Interinstitucionais MP e Polícias, do MPMA, de autoria de Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
- Letalidade e Vitimização Policial, do MPBA, de autoria de Monia Lopes de Souza Ghignone, Mirella Barros Conceição Brito, Thays Rabelo da Costa e José Rogério Poggio Moreira
- MPPI Conectado ao SINESP PPE, do MPPI, de autoria de Fabrícia Barbosa de Oliveira
- PericiAR +, do MPPI, de autoria de Fabrícia Barbosa de Oliveira
- Integrar para Acelerar +, do MPPI, de autoria de Fabrícia Barbosa de Oliveira
- Incinerar +, do MPPI, de autoria de Fabrícia Barbosa de Oliveira
- Métis, do MPMG, de autoria de Felipe Oltramari



[Leia na íntegra. Fonte: CNMP](#)

Capim Grosso tem primeira prisão pelo Reconhecimento Facial da SSP

Um procurado da Justiça pelo crime de homicídio é o primeiro capturado pelo Sistema de Reconhecimento Facial da Secretaria da Segurança Pública na cidade de Capim Grosso, distante cerca de 270 quilômetros de Salvador. Prisão aconteceu na tarde desta terça-feira (30), após o homem passar por um dos pontos monitorados pelas câmeras inteligentes.

Usando camisa verde, o homem – que era procurado desde o ano de 2015 por matar uma pessoa no Povoado de Gonçalo, zona rural do município de Caém – foi identificado, após o alerta aparecer nas telas do Centro Integrado de Comunicações (Cicom) Semiárido.

As informações foram repassadas para equipes da 91ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM/Capim Grosso). Rapidamente uma guarnição conseguiu identificar o homem e, após a confirmação dos documentos pessoais, ele foi conduzido para a Delegacia Territorial (DT) da cidade.

Na unidade, segundo o titular, delegado Jaime José de Brito, o homem foi ouvido e teve o mandado de prisão expedido pela 1ª Vara Criminal de Jacobina cumprido.

[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)



SSP analisa documentos de empresa com melhor lance para câmeras

O pregão eletrônico para registro de preço para contratação de Body Cams - câmeras corporais que ficarão acopladas à farda policial - aconteceu nesta terça-feira (30). A Secretaria da Segurança Pública já iniciou a avaliação da documentação da empresa que ofertou o menor lance.

Nos próximos dias, a pasta analisará todos os documentos e atestados de capacidade técnica apresentados pelo fornecedor. Após confirmação, a empresa terá um prazo de 12 dias para preparar a prova de conceito do equipamento.

Onze empresas manifestaram interesse em fornecer a ferramenta, participaram do pregão e ainda podem ingressar recurso.

O secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner, reforçou que, após a finalização do processo de licitação, as primeiras câmeras devem ser entregues em 60 dias.



[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)

SSP participa de seminário Segurança Pública, um debate necessário

O subsecretário da Segurança Pública participou, na noite desta sexta-feira (26), do Seminário: Segurança Pública, um Debate Necessário, no auditório do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), promovido pelo Sindicato de Polícia Civil (Sindpoc) com apoio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

O encontro contou também com a presença da delegada-geral da PC, Heloísa Brito, o sociólogo Benedito Mariano e integrantes do Sindpoc.

O gestor da SSP, Marcel Oliveira, lembrou que o tema segurança pública é diverso conforme a realidade de cada estado. "Apenas quando somamos todas as vivências, as experiências, é que podemos tornar a polícia melhor para atender de forma mais eficiente a sociedade", explicou.



[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)

Governo do Estado publica promoção de oficiais da Polícia Militar

O Governo do Estado publicou na edição do Diário Oficial do Estado desta sexta-feira (26), a promoção de coronéis, tenente-coronéis, majores e capitães para o quadro de oficiais da Polícia Militar da Bahia.

A corporação passa a contar com 12 coronéis, 52 tenente-coronéis, 76 majores e 88 capitães.

O secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner, parabenizou os profissionais que se destacaram ao longo dos anos, conquistaram a promoção e agora estão aptos para assumirem novos postos de trabalho.

"Quero enaltecer o trabalho destes oficiais e lembrar que este grupo irá somar ainda mais na atividade da Segurança, na busca de um serviço de excelência para o cidadão baiano", frisou o gestor.



[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)

Mortes violentas têm redução de 14% na capital baiana

As mortes violentas (homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) tiveram queda de 14% em Salvador, entre janeiro e maio deste ano, quando comparado ao mesmo período de 2022.

Entre 1º de janeiro e 15 de maio deste ano foram registrados 66 crimes a menos que no mesmo período do ano passado, em Salvador.

Os municípios da Região Metropolitana de Salvador também computaram uma queda de 14,3% no índice de crimes contra a vida.

Quando analisado todo o território baiano, a redução foi de 3,8% dos casos, saindo de 2.011 para 1.934, uma preservação de 77 vidas.

O secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner explicou que a queda reflete o empenho das forças policiais no combate aos grupos ligados ao tráfico de entorpecentes.



[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)

SSP analisa documentos de empresa com melhor lance para câmeras

O pregão eletrônico para registro de preço para contratação de Body Cams - câmeras corporais que ficarão acopladas à farda policial - aconteceu nesta terça-feira (30). A Secretaria da Segurança Pública já iniciou a avaliação da documentação da empresa que ofertou o menor lance.

Nos próximos dias, a pasta analisará todos os documentos e atestados de capacidade técnica apresentados pelo fornecedor. Após confirmação, a empresa terá um prazo de 12 dias para preparar a prova de conceito do equipamento.

Onze empresas manifestaram interesse em fornecer a ferramenta, participaram do pregão e ainda podem ingressar recurso.

O secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner, reforçou que, após a finalização do processo de licitação, as primeiras câmeras devem ser entregues em 60 dias.



[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)

SSP debate superlotação de sistema carcerário em audiência pública

A Secretaria da Segurança Pública integrou, junto a outros órgãos, a mesa de debates da audiência pública com temática voltada para a superlotação do sistema carcerário do estado da Bahia. O chefe de gabinete da pasta, Nelson Gaspar, participou do evento, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), nesta terça-feira (9).

As alternativas para o desencarceramento de presos provisórios foram debatidas com integrantes da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), do Ministério Público (MP), da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia (OAB-BA).

“Precisamos integrar as forças e garantir que esse tema seja amplamente discutido. A SSP tem as suas competências e o que for plausível para a melhoria da segurança pública, a exemplo dos avanços na tecnologia, uso de inteligência, fortalecimento das Corregedorias, nós iremos fazer”, detalhou Gaspar em sua fala na sessão plenária.

Também estiveram presentes na discussão, presidida pela Deputada Estadual Ludmilla Fiscina, o corregedor-chefe da Polícia Militar, tenente-coronel Paulo Cunha, e o delegado Anisio Amaral da Polícia Civil.

[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)



Prisões pelo Reconhecimento Facial aumentam 1.218% em 2023

O número de foragidos da Justiça localizados com apoio do Sistema de Reconhecimento Facial da Secretaria da Segurança Pública (SSP) cresceu 1.218% em 2023, na comparação com o ano passado. Dados apontam que as prisões aumentaram 12 vezes.

Entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2022, a ferramenta ajudou a alcançar 17 criminosos. Neste ano, 224 procurados foram encontrados, após passarem por pontos monitorados pelas câmeras inteligentes.

Esse aumento deve-se a expansão do projeto Vídeo-Polícia, que levou o Reconhecimento Facial para cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do interior. Até 2024, a SSP implantará a tecnologia em 77 cidades baianas.

"Ampliamos a tecnologia e avançamos com novos equipamentos. Esse êxito também tem relação direta com o empenho das equipes dos Centros Integrados de Comunicações (Cicom), das polícias Militar, Civil e Técnica", destacou o secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner.

A realização das festas populares foi também lembrada pelo secretário. "Em 2022 grandes eventos não foram realizados como o Carnaval, Micaretas, Lavagens, entre outros. Essa ausência também influenciou no crescimento", completou.



[Leia na íntegra. Fonte: SSP](#)

Expediente




Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP
Coordenador – Promotor de Justiça
Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social
Anita Katarine de Jesus Santos – Estagiária de Nível Médio
Carolina Arruda SaintClair da Silveira – Assistente Técnico - Administrativo
Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo
Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração
Natali Negreiros Hereda – Estagiária de Administração
Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico
Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo
Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br

 71 3103-0381
 71 3103-0382
 71 3103-0383

